

15º EDITAL CEARÁ DE CINEMA E AUDIOVISUAL

Processo SUITE nº: _____

A Secretária da Cultura do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas normas e princípios alicerçados na Constituição Federal de 1988, em especial nos seus arts. 215, 216 e 216-A; na Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; no Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, que regulamenta a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; na Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024, que estabelece o marco regulatório do fomento à cultura, no âmbito da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do Sistema de Financiamento à Cultura; na Lei Estadual nº 17.857, de 29 de dezembro de 2021, que Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento do Cinema e Audiovisual – Programa Ceará Filmes, e cria o Sistema Estadual do Cinema e Audiovisual; e no que couber, às demais legislações aplicadas à matéria, em especial a Lei Estadual nº 18.012, de 01 de abril de 2022, que institui a Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará e seu regulamento, e o Decreto Estadual nº 35.635, de 25 de agosto de 2023, torna público a presente Chamada Pública que regulamenta o **15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual**.

Sumário

1. OBJETO	3
2. OBJETIVO	3
3. A SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ ENTENDE POR:.....	3
4. DAS CATEGORIAS	4
5. DOS VALORES, VAGAS E COTAS.....	5
6. QUEM PODE SE INSCREVER.....	7
7. QUEM NÃO PODE PARTICIPAR	7
8. PERÍODO DE INSCRIÇÃO.....	8
9. COMO SE INSCREVER	9
10. PLANO DE AÇÃO.....	10
11. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E SUA APLICAÇÃO NESTE EDITAL.....	12
12. REALIZAÇÃO DE BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E OUTROS PROCESSOS DE AFERIÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE COTAS.....	15
13. ACESSIBILIDADE	17
14. ETAPAS DO EDITAL APÓS O ENVIO DO PROJETO.....	18
15. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO	19
16. DOS CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETO.....	20
17. DOS RESULTADOS DO PROCESSO SELETIVO	24
18. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL TÉCNICO	25
19. DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS	29
20. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS.....	31
21. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS (DA PRESTAÇÃO DE CONTAS)	31
22. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DOS PROJETOS.....	33
23. DAS SANÇÕES	33
24. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	35
25. ANEXOS.....	36

1. OBJETO

1.1. O **15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual** é destinado a apoiar financeiramente a realização de projetos de audiovisual associados à produção e finalização de curtas-metragens e longas-metragens; finalização de longas-metragens e séries; desenvolvimento de roteiros de longas-metragens e séries; distribuição de longas-metragens e séries; apoio para plataformas de streaming para licenciamentos de curtas-metragens, longas-metragens e séries; e manutenção ou criação de cineclubes.

2. OBJETIVO

2.1. O **15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual** vem em conformidade com a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, alinhada ao Programa de Desenvolvimento do Cinema e Audiovisual Cearense, observadas as normas indicadas acima, e busca contribuir para o desenvolvimento da política audiovisual no Estado do Ceará, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com os seguintes objetivos:

2.1.1. Cumprir as diretrizes da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura em âmbito estadual;

2.1.2. Alinhar-se às diretrizes e objetivos do Programa de Desenvolvimento do Cinema e Audiovisual Cearense instituído pela Lei 17.857, de 29 de dezembro de 2021;

2.1.3. Promover a participação da diversidade artística e cultural no acesso ao recurso público;

2.1.4. Promover o exercício dos direitos culturais e diminuir as desigualdades sócio-econômico-culturais nas diversas regiões do Estado do Ceará;

2.1.5. Criar um ambiente fértil para o pensamento, a memória, a contextualização, a formação, a criação, a experimentação, a produção e a fruição com base na cultura;

2.1.6. Descentralizar e democratizar o acesso a recursos públicos; e

2.1.7. Reconhecer e valorizar a diversidade, a pluralidade e a singularidade vinculadas às produções culturais e artísticas no Estado do Ceará.

3. A SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ ENTENDE POR:

3.1. **Agente Cultural:** Agente atuante na arte ou na cultura, na qualidade de pessoa física, microempresário individual, empresário individual, organização da sociedade civil, sociedade empresária, sociedade simples, sociedade unipessoal ou outro formato de constituição jurídica previsto na legislação.

3.2. **Agente Coletivo:** Os agentes coletivos são grupos, trupes, companhias, instituições, empresas (pessoas jurídicas) e coletivos artísticos das mais diversas linguagens.

3.3. **Equipe Básica:** Conjunto específico de profissionais essenciais, definidos em cada modalidade e/ou categoria deste edital, com responsabilidades estratégicas,

capacidade de decisão e funções fundamentais na concepção, direção, produção e gestão do projeto, conforme descrito nas respectivas seções.

3.4. Ações culturais: São aquelas que intencionam a pesquisa, desenvolvimento, formação, autoformação, profissionalização para linguagens, formação para gestão e mediação cultural e divulgação das mais diferentes linguagens artísticas e culturais, como por exemplo: música, artes visuais, artes plásticas, audiovisual, performance, teatro, dança, moda, circo, shows, literatura, poesia, artesanato, culturas tradicionais, culturas populares, interlinguagens, cultura digital, comunicação, cultura LGBT, formação e profissionalização para gestão e mediação cultural; processos que incluam o conceito de cultura na sua dimensão antropológica, como modos de vida e consolidação de identidades; eventos que ocorrem periodicamente, formal ou informalmente inseridos na agenda local; processos de articulação de redes e fóruns coletivos em torno de temas da cultura; iniciativas relacionadas à economia solidária e à economia da cultura, geradoras de produtos, como livros, CDs e DVDs, entre outros, ou arranjos produtivos locais, como estúdios comunitários, produtoras culturais, editoras, entre outros.

3.5. Políticas de Ações Afirmativas: De acordo com a Cartilha “A Implementação das Cotas Raciais e o Procedimento de Heteroidentificação” (2024), entende-se por ações afirmativas: determinação política – pública e/ou privada – que tem como objetivo principal garantir o acesso e a constância dos direitos indispensáveis historicamente negados a grupos minorizados socialmente. Ela é fundamentada em três pilares: Reparação, Diversidade e Justiça Distributiva, sendo esses três pilares uma dívida impagável que o país possui, principalmente, com a população negra e indígena expropriadas e escravizadas durante séculos. Nesse contexto, a Instrução Normativa MinC nº 10/2023 e a Instrução Normativa SECULT/CE nº 02/2024 dispõem sobre as regras e os procedimentos para implementação das ações afirmativas no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

3.6. Medidas de acessibilidade em projetos culturais: São consideradas medidas de acessibilidade aos projetos ações física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; da Instrução Normativa nº 165, de 29 de setembro de 2022 (ANCINE); e conforme descrito nas respectivas seções.

3.7. Portfólio/Clipping: É um relato em documento das principais atividades desenvolvidas pelo artista/coletivo/grupos ou organização, acompanhado com datas, locais, publicações, como textos, fotos, vídeos, cartazes, folhetos, programas, jornais, revistas, blogs, sites, redes sociais, cartas de referência, declarações de terceiros ou outros documentos que registrem sua atuação na cultura.

3.8. Para outras definições e entendimento que a Secult Ceará possui recomenda-se a leitura da **Cartilha de Conceitos e Orientações da Secult Ceará assim como a leitura detalhada dos anexos correspondente às categorias (anexos 1 ao 4).**

4. DAS CATEGORIAS

4.1. O presente Edital está dividido nas seguintes modalidades e categorias numeradas e distribuídas abaixo:

4.1.1. **Modalidade 1 - Produção e Finalização (Anexo 1):** subdivide-se nas categorias abaixo, onde deverão ser apresentados projetos de:

4.1.1.1. Produção e finalização de longa-metragem - Produção e direção estreante;

4.1.1.2. Produção e finalização de curta-metragem - Ficção;

4.1.1.3. Produção e finalização de curta-metragem - Documentário;

4.1.1.4. Produção e finalização de curta-metragem - Animação;

4.1.1.5. Finalização de longa-metragem ou série.

4.1.2. **Modalidade 2 - Roteiro (Anexo 2):** subdivide-se nas categorias abaixo, onde deverão ser apresentados projetos de:

4.1.2.1. Roteiro de longa-metragem ou série - Projetos iniciantes;

4.1.2.2. Roteiro de longa-metragem ou série - Projetos em desenvolvimento.

4.1.3. **Modalidade 3 - Difusão (Anexo 3):** subdivide-se nas categorias abaixo, onde deverão ser apresentados projetos de:

4.1.3.1. Distribuição de longas-metragens e séries;

4.1.3.2. Apoio a plataformas de streaming para licenciamentos de curtas-metragens, longas-metragens e séries.

4.1.4. **Modalidade 4 - Cineclubes (Anexo 4):** subdivide-se nas categorias abaixo, onde deverão ser apresentados projetos de:

4.1.4.1. Manutenção de cineclubes e;

4.1.4.2. Criação de cineclubes.

5. DOS VALORES, VAGAS E COTAS

5.1. O presente Edital terá o aporte financeiro total no montante de **R\$ 15.900.000,00 (quinze milhões e novecentos mil reais)** para o apoio financeiro aos projetos selecionados, com recursos oriundos da Lei Federal nº 14.399/2022.

5.2. Apenas as agentes culturais selecionadas nas duas categorias da Modalidade 3 - Difusão poderão concorrer e serem contempladas em uma das categorias da Modalidade 1 - Produção e Finalização deste Edital.

5.2.1. Os agentes culturais inscritos nas demais categorias só poderão inscrever-se e serem selecionados em 1 (um) único projeto neste edital.

5.3. As modalidades e os seus respectivos valores podem ser vistos abaixo:

MODALIDADE	Nº DE PROJETOS	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
Modalidade 1 - Produção e Finalização	62	R\$ 11.440.000,00
Modalidade 2 - Roteiro	20	R\$ 2.000.000,00
Modalidade 3 - Difusão	6	R\$ 1.140.000,00
Modalidade 4 -	26	R\$ 1.320.000,00

MODALIDADE	Nº DE PROJETOS	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
Cineclubes		
TOTAL	114	R\$ 15.900.000,00

5.4. Os valores mínimos e máximos por projeto em cada categoria poderão ser verificados nos respectivos anexos das modalidades e suas categorias (anexos 1 ao 4).

5.5. As divisões de cotas poderão ser verificadas nos respectivos anexos das modalidades e suas categorias (anexos 1 ao 4).

5.6. No mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos previstos neste Edital serão destinados às propostas advindas de outros municípios que não da capital Fortaleza.

5.6.1. Nos eventuais casos de convocatórias posteriores ao Resultado Final devido à sobra de recursos ou uso de rendimentos, será respeitada a reserva de 50% dos recursos para outros municípios que não a capital Fortaleza, nos moldes do edital.

5.7. Se não houver propostas suficientes classificadas em alguma das categorias, a Comissão de Avaliação e Seleção poderá tomar as seguintes ações, respeitado o item 5.6:

5.7.1. Remanejar as vagas para outras categorias da mesma modalidade, respeitando a ordem decrescente de classificação geral na modalidade;

5.7.2. Caso haja sobra do recurso oriundo do remanejamento interno das modalidades, remanejar para outras categorias do mesmo edital, respeitando a ordem decrescente de classificação geral no edital;

5.7.3. Se as vagas deste edital não forem todas preenchidas, os recursos que sobraem poderão ser remanejados para outro edital com financiamento da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Esse remanejamento levará em conta se o saldo remanescente é compatível com o limite de valores de cada categoria e obedecerá a ordem decrescente de classificação geral.

5.8. Conforme Instrução Normativa nº 02/2024 a desistência da pessoa negra, quilombola, indígena ou pessoa com deficiência aprovada em cota reservada nas categorias de pessoa física implicará na convocação de próximo(a/e) agente cultural optante à cota, posicionado na sequência da lista de cotistas aprovados(as/es) por categoria.

5.9. A classificação de cotistas observará os critérios de alternância e proporcionalidade, levando em consideração a relação entre o número total de projetos e o número de cotas reservadas aos(as/es) agentes culturais com deficiência, negros (as/es), quilombolas e indígenas.

5.9.1. Aos(Às/Es) candidatos(as/es) negros(as/es), após a confirmação pela comissão de heteroidentificação e para indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, após a validação de suas autodeclarações e com nota suficiente para ingresso pela ampla concorrência, serão classificados nesta modalidade, sem implicar a diminuição do número de vagas destinadas às cotas.

6. QUEM PODE SE INSCREVER

6.1. As regras referentes às inscrições podem ser consultadas nos anexos 1 a 4 deste Edital.

7. QUEM NÃO PODE PARTICIPAR

7.1. **Não podem se inscrever neste Edital**, Agentes Culturais que:

a) PESSOA FÍSICA

7.1.1. Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do Edital, na etapa de avaliação e seleção dos projetos ou na etapa de julgamento de recursos. Essa vedação se estende a cônjuge/companheiro(a/e), ascendente, descendente, até o 2º grau, além de seus sócios comerciais;

7.1.1.1. A participação de Agentes Culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital.

7.1.2. Estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

7.1.3. Sejam servidores(as) públicos (as/es) do Estado do Ceará, conforme previsto na Lei Estadual nº 9.826/1974. Essa vedação se estende a cônjuge ou parente em linha reta.

7.1.4. Tenham relação de vínculos trabalhistas com a Secult Ceará ou com a Rede Pública de Espaços e Equipamentos Culturais do Estado do Ceará (RECE).

7.1.5. Sejam membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador), estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

7.1.6. Estejam com as contas reprovadas pela Administração Pública Estadual, exceto se:

7.1.6.1. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

7.1.6.2. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

7.1.6.3. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

7.1.7. O(A/E) Agente Cultural que integrar o Conselho Estadual de Política Cultural do Estado do Ceará - CEPC, **poderá concorrer** neste Edital para receber recursos financeiros do fomento cultural, **exceto quando se enquadrar nas vedações aqui previstas.**

b) PESSOA JURÍDICA

7.1.8. Tenham no seu quadro dirigente membros envolvidos na elaboração do Edital e/ou integrantes da Comissão de Avaliação e Seleção. Essa vedação se estende aos seus cônjuges, ascendentes, descendentes, parentes até o 2º grau, além de seus sócios comerciais;

7.1.8.1. A participação de representantes legais da Pessoa Jurídica com ou sem Fins Lucrativos nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital.

7.1.9. Não estejam regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 2 (dois) anos no Estado do Ceará;

7.1.10. Estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

7.1.11. Tenham no seu quadro dirigente membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador), estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

7.1.12. Estejam com as contas reprovadas pela Administração Pública Estadual, exceto se:

7.1.12.1. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

7.1.12.2. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

7.1.12.3. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

7.1.13. Tenham como dirigentes servidores(as) públicos(as/es) do Estado do Ceará, conforme previsto na Lei Estadual nº 9.826/1974. Essa vedação se estende a cônjuge/companheiro(a/e) ou parente em linha reta;

7.1.14. Tenham dirigentes com relação de vínculos trabalhistas com a Secult Ceará ou com a Rede Pública de Espaços e Equipamentos Culturais do Estado do Ceará (RECE);

7.1.15. Sejam fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas; e

7.1.16. Entidades paraestatais integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros).

7.1.17. A Pessoa Jurídica com ou sem Fins Lucrativos, que em seu quadro de representantes, tiver pessoa(s) que integre(m) o Conselho Estadual de Política Cultural do Estado do Ceará - CEPC, **poderá concorrer neste Edital** para receber recursos financeiros do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações aqui previstas.

8. PERÍODO DE INSCRIÇÃO

8.1. As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente online, pelo site <https://mapacultural.secult.ce.gov.br>, no período de **30 (trinta) dias corridos, contados do dia útil seguinte à publicação do presente certame no Diário Oficial do Estado do Ceará (D.O.E.)**.

8.2. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitos projetos entregues presencialmente na sede da Secult Ceará ou enviados por e-mail nem quaisquer outros materiais postados via Correios.

8.3. O aviso de publicação do Edital estará disponível no D.O.E., sendo os resultados parciais e outras informações relevantes disponibilizadas no Mapa da Cultura do Estado do Ceará.

9. COMO SE INSCREVER

9.1. Para efeito de inscrição neste Edital, o(a/e) AGENTE CULTURAL responsável pela inscrição do projeto deverá estar devidamente cadastrado no [Mapa Cultural do Ceará](#).

9.2. No caso de o (a/e) Agente Cultural ser pessoa jurídica, a inscrição deve ser realizada por uma pessoa física responsável e esta deve ter seu perfil vinculado ao perfil da pessoa jurídica agente cultural. Assim, a pessoa jurídica agente cultural também deve ter cadastro no Mapa Cultural.

9.3. Para o (a/e) Agente Cultural que já tem cadastro no Mapa Cultural, orienta-se a atualização de informações, principalmente informações relacionadas ao contato, até a data de envio da inscrição.

9.4. A não indicação da anuência às condições previstas no Edital e em seus anexos, em especial a minuta do Termo de Execução Cultural, ensejará a desclassificação da inscrição.

9.5. Para fins deste Edital, o perfil de cadastro no Mapa Cultural do Ceará deverá ser como **PESSOA FÍSICA** ou como **PESSOA JURÍDICA**, conforme respectivos anexos das categorias (anexos 1 ao 4).

9.6. Para cada categoria deste Edital, Agentes Culturais devem incluir também dados e documentos cadastrais do projeto na ficha de inscrição.

9.6.1. Todas as comunicações da Secult Ceará com o Agente Cultural serão feitas para e-mail e/ou telefone informado na ficha de inscrição. Serão vedadas comunicações feitas por meio de email e/ou telefone de terceiros.

9.7. Todos os documentos requisitados, assim como todas as informações necessárias, estão discriminados nas fichas de inscrição online, sendo necessário o upload (anexo de arquivos - máximo de 10 MB) de parte do material e/ou o direcionamento através de links (endereços de páginas na Internet) para vídeo, áudio e para o material apresentado pelo(a/e) agente cultural.

9.7.1. Os documentos anexados deverão estar em formato PDF. Caso possuam senhas, informá-las no campo disponibilizado na ficha de inscrição.

9.7.2. Os documentos que necessitam de assinatura deverão ser assinados manualmente (de punho) e posteriormente digitalizados ou assinados mediante certificado digital (**assinaturas recortadas e coladas não serão admitidas**).

9.7.2.1. É de total responsabilidade do (a/e) agente cultural verificar a autenticidade da assinatura ao submeter a inscrição. A Secult não se responsabiliza por assinaturas com links quebrados que não permitam verificar sua validação, podendo desclassificar a proposta em caso de assinatura irregular.

9.7.3. No caso de documentações apresentadas através de links, estas devem estar acessíveis para a Secult Ceará durante todo o período de seleção e execução do projeto, acompanhadas de senha, caso haja.

9.8. Para melhor desempenho no momento da inscrição online, recomenda-se a utilização dos navegadores Firefox ou Google Chrome. Vídeos (caso componham o processo de inscrição) deverão ser inseridos através de links dos serviços Youtube (<https://www.youtube.com/>), Vimeo (<https://vimeo.com>) ou plataformas similares que o agente cultural indicar.

9.8.1. O(A/E) Agente Cultural deverá fornecer, no corpo do documento onde encontra-se o link relacionado aos vídeos, a senha caso seja necessário.

9.9. A Secult Ceará não se responsabiliza por congestionamentos do sistema, site fora do ar ou qualquer outro fator que impossibilite a inscrição dentro do prazo.

9.10. Serão consideradas válidas somente as inscrições finalizadas, por meio do envio do projeto, até o horário e data limite estipulados neste Edital.

9.11. **Serão desconsiderados os projetos com status de rascunho não enviados.**

10. PLANO DE AÇÃO

10.1. Antes da elaboração do Plano de Ação, recomenda-se a leitura atenta à minuta do Termo de Execução Cultural.

10.2. O Plano de Ação deverá ser elaborado de acordo com as diretrizes do Anexo 13 e anexado no momento da inscrição. Caso haja seleção, o(a) Agente Cultural poderá ser convocado(a) para eventuais ajustes, e, posteriormente, será realizada a assinatura pela Secretária de Cultura.

10.2.1. O Plano de Ação deve estar legível e assinado. O documento poderá ser assinado manualmente (de punho) e posteriormente digitalizado ou assinado mediante certificado digital (**assinaturas recortadas e coladas não serão admitidas**).

10.2.2. Para as assinaturas mediante certificação digital indica-se, preferencialmente, que sejam emitidas via gov.br ou certificados digitais cujo emissor seja ICP-Brasil.

10.3. O Plano de Ação deverá conter, no mínimo:

- I. Descrição da realidade que será objeto do instrumento, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas;
- II. Descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- III. Forma de execução do objeto com a descrição das etapas com seus respectivos itens;
- IV. Parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- V. Valor total do Plano de Ação;
- VI. Descrição das ações e/ou recursos de acessibilidade.

10.4. O valor indicado no plano de ação deverá estar em conformidade com os valores indicados no Edital, podendo o projeto ser desclassificado em caso de divergência, a critério da Comissão de Seleção.

10.5. Os recursos financeiros do Termo de Execução Cultural poderão ser utilizados para o pagamento de:

- I - Prestação de serviços;
- II - Aquisição de bens de consumo e permanentes ou locação de bens;
- III - Remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos;
- IV - Diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação, transporte e necessidades similares de integrantes da equipe de trabalho, independente do regime de contratação;
- V - Assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto;
- VI - Fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorrer a execução;
- VII - Desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação;
- VIII - Assessoria de comunicação e despesas com a divulgação e o impulsionamento de conteúdo;
- IX - Despesas com a manutenção de espaços, entre outros itens de custeio;
- X - Outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

10.6. Os serviços deverão ser fornecidos por prestadores de serviços legalmente habilitados para a função, quando for o caso, nos termos da legislação aplicável.

10.7. Os valores deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado local. A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades tradicionais.

10.8. O(A/E) Agente cultural poderá ser remunerado com recursos do projeto aprovado desde que preste serviço ao projeto, devidamente previsto no Plano de Ação aprovado, e que o valor desta remuneração, ainda que por serviços diversos, **não ultrapasse 20% (vinte por cento) do valor aprovado**, tampouco o valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), devendo o(a/e) agente cultural proceder a transferência bancária em seu favor - PESSOA FÍSICA que exerce função na equipe - em conta bancária distinta da execução do projeto, bem como, quando necessário, emitir declaração referente ao valor do serviço prestado e comprovação da compatibilidade com o valor de mercado.

10.8.1. Nos casos em que o(a/e) Agente Cultural celebrante do instrumento jurídico seja pessoa jurídica, seus dirigentes ou sócios poderão receber recursos relativos à sua atuação como integrantes da equipe de trabalho ou como prestadores de serviços necessários ao cumprimento do objeto, conforme previsto no § 4º do artigo 26 do Decreto Federal nº 11.453/2023. Para os casos de Pessoa Jurídica que remunera seu quadro dirigente ou sócios, aplica-se o teto de 20% e o limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) ao total dessas remunerações.

10.9. As despesas efetuadas com recursos transferidos devem ter nexos com a execução do objeto, tendo coerência com as atividades e produtos previstos para cumprimento do mesmo, sendo **vedada a utilização de recursos transferidos para:**

- I – Execução de objeto diverso do pactuado;
- II - Taxa de administração, de gerência ou similar, salvo situações específicas previstas em regulamento previstos neste edital;
- III - Remuneração, a qualquer título, a servidor(a/e) ou empregado(a/e) público vinculado(a/e) à Secult ou a sua Rede de Equipamentos, ou seu cônjuge,

companheiro(a/e) ou parente em linha reta, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica;

IV – Multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos e recolhimentos fora dos prazos da vigência do Termo de Execução Cultural;

V – Clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, cujos dirigentes ou controladores sejam agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro(a/e), bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do(a/e) gestor(a/e) do órgão responsável para celebração do convênio ou instrumento congênere;

VI – Publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo, de divulgação do projeto ou de orientação social, relacionadas com o objeto do projeto.

10.10. Os recursos financeiros serão depositados pela administração pública em conta bancária específica, em desembolso único ou em parcelas e, caso haja, os rendimentos de ativos financeiros deverão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia, desde que não fujam da natureza do objeto do projeto, observem o valor e a prática do mercado bem como legislação aplicada.

10.11. Fica autorizado remanejamento e/ou alteração entre itens de mesma natureza de despesa previstos no Plano de Ação, independentemente de solicitação do(a/e) Agente Cultural e autorização prévia da Administração Pública, observado o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do projeto, desde que não ocorra a mudança na natureza do objeto do projeto, devendo essas modificações serem informadas quando da prestação de contas.

10.12. Os remanejamentos superiores a 20% (vinte por cento) deverão ser autorizados pela Secult e formalizados por meio de apostilamento, desde que não ocorra a mudança na natureza do objeto do projeto.

10.13. Os valores recebidos deverão cobrir, única e exclusivamente, os custos das atividades previstas no Plano de Ação (**Anexo 13**) e em conformidade com as exigências deste Edital.

11. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E SUA APLICAÇÃO NESTE EDITAL

11.1. Neste edital será aplicada **política de reserva de vagas (cotas) e bônus de pontuação**, observadas as disposições da Instrução Normativa SECULT N° 02/2024, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para implementação das ações afirmativas e medidas de acessibilidade de que trata o Decreto n° 11.740, de 18 de outubro de 2023, que regulamenta a Lei n° 14.399, de 08 de julho de 2022, a qual institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

11.2. Para a **aplicação de cotas**: ficam garantidas as cotas, sendo 25% (vinte e cinco por cento) para pessoas negras (pretas ou pardas), 10% (dez por cento) para pessoas com deficiência, 10% (dez por cento) para pessoas indígenas e 5% (cinco por cento) para quilombolas.

11.3. Em caso do percentual de cota sobre o total de projetos ofertados por categoria resultar em número fracionado, o quantitativo de projetos a serem reservados, nos termos deste Edital, será aumentado para o número inteiro subsequente, caso a fração seja superior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o inteiro imediatamente anterior, se a fração for igual ou inferior a 0,5 (cinco décimos), observado sempre o patamar limite para a reserva de cotas estabelecido (25% para negros, 10% pessoas com deficiência, 10% para indígenas e 5% quilombolas).

11.4. **Pessoas autodeclaradas indígenas:** O documento de autodeclaração (**Anexo 10**) de pertencimento étnico, encaminhado no ato da inscrição deste Edital, será aferido e passará a vigorar por um ciclo de até 04 anos (48 meses), após esse período, o(a/e) Agente Cultural precisará submeter-se a outro procedimento de aferição caso opte em usufruir da reserva de vagas para pessoas indígenas. Deve ser assinado pelo(a/e) Agente Cultural e por três lideranças ou associação da aldeia/território da etnia/povo que se declara pertencer – afirmando que mantém laços familiares, econômicos, sociais e culturais com a referida comunidade.

11.5. **Pessoas autodeclaradas quilombolas:** O documento de autodeclaração (**Anexo 11**) de pertencimento étnico quilombola, encaminhado no ato da inscrição deste Edital, será aferido e passará a vigorar por um ciclo de até 04 anos (48 meses), após esse período, o(a/e) Agente Cultural precisará submeter-se a outro procedimento de aferição caso opte em usufruir da reserva de vagas para pessoas quilombolas. Deve ser assinado pelo(a/e) Agente Cultural e por três lideranças ou associação do quilombo que se declara pertencer – afirmando que mantém laços familiares, econômicos, sociais e culturais com a referida comunidade.

11.6. **Pessoas autodeclaradas com deficiência:** Caso tenha interesse em usufruir da reserva de vagas para pessoas com deficiência, é necessário, no ato da inscrição de editais que deseja concorrer, encaminhar a autodeclaração de pessoa com deficiência (**Anexo 9**), que deverá ser registrada a condição/deficiência e assinada pelo(a/e) Agente Cultural. Será possível habilitar-se à reserva de vagas por um ciclo de até 24 meses, exigido, após esse período, outro procedimento de habilitação.

11.7. **Pessoas autodeclaradas negras:** Deverão se inscrever na oportunidade permanente Chamada Secult Ceará - Política de Cotas Raciais (<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/oportunidade/5522/>) para participar do procedimento de heteroidentificação, que será periódico. O documento de autodeclaração racial e o resultado do procedimento de heteroidentificação passarão a vigorar por um ciclo de até 02 anos (24 meses). O procedimento de heteroidentificação é formada por uma comissão heterogênea de raça/cor, gênero e naturalidade, com o devido conhecimento comprovado na área das políticas afirmativas e das relações étnico-raciais que, na presença de cada Agente Cultural, vai aferir exclusivamente o conjunto de características observáveis (cor da pele, cabelos, formato do rosto, nariz, olhos ou lábios) – sendo a cor da pele o marcador social de raça mais importante.

11.7.1. Agente Cultural optante pela **cota para pessoa negra (preta ou parda)** deverá se autodeclarar pessoa negra, observados os quesitos cor e raça utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

11.7.2. Para validação da participação no Edital, a pessoa autodeclarada negra (preta ou parda) será submetida à comissão de heteroidentificação, sendo este

um procedimento administrativo complementar à autodeclaração das pessoas negras que optem por programas de ações afirmativas por meio de cotas raciais. Essa etapa tem como objetivo garantir o direito da população negra às cotas raciais, sendo responsabilidade da Administração Pública a fiscalização para que agentes culturais sujeitos(as/es) ao direito às cotas raciais sejam as únicas pessoas beneficiadas pelas vagas reservadas.

11.7.3. O acesso às cotas raciais por coletivos culturais e pessoas jurídicas serão destinadas a:

a) coletivos culturais informais (sem CNPJ) que sejam compostos majoritariamente 50% +1 (cinquenta por cento mais um) por pessoas negras ou indígenas ou quilombolas ou com deficiência.

i) Para o acesso a cota racial o(a/e) representante do coletivo deverá se inscrever na oportunidade Chamada Secult Ceará - Política de Cotas Raciais (<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/opportunidade/5522/>) para fins de aferição conforme previsto no item 12.1 deste edital.

b) entidades (pessoa jurídica) que possuam quadro de dirigentes majoritariamente 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) composto por pessoas negras, indígenas, quilombolas ou com deficiência.

i) Para o acesso a cota racial, o(a/e) representante legal da entidade (pessoa jurídica) deverá se inscrever na oportunidade Chamada Secult Ceará - Política de Cotas Raciais (<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/opportunidade/5522/>) para fins de aferição conforme previsto no item 12.1 deste edital.

ii) Entende-se como representante legal da entidade (pessoa jurídica) o sócio majoritário da pessoa jurídica com fins lucrativos.

11.7.3.1. Para além da inscrição citada nos itens acima, os demais membros do coletivo culturais ou os demais membros do quadro de dirigentes da entidade deverão apresentar, no ato da inscrição deste edital, a autodeclaração de pessoa negra, indígena, quilombola ou com deficiência.

11.8. Para um aprofundamento maior sobre a política de cotas da Secult Ceará recomenda a leitura completa da cartilha A implementação das cotas raciais e o procedimento de heteroidentificação elaborado pela Secretaria.

11.9. Conforme previsto no artigo 15º da Instrução Normativa SECULT N° 02/2024, a qualquer tempo, quaisquer interessados poderão apresentar denúncia em relação à habilitação de agentes culturais nas políticas de cotas deste edital, cabendo a estes apresentar razões e documentos que possam subsidiar a referida denúncia.

12. REALIZAÇÃO DE BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E OUTROS PROCESSOS DE AFERIÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE COTAS

12.1. Caso queira participar da política de cotas deste edital o(a/e) Agente Cultural deverá se inscrever na oportunidade Chamada Secult Ceará - Política de Cotas Raciais (<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/opportunidade/5522/>).

12.2. A Banca de Heteroidentificação consiste em um procedimento complementar da autodeclaração racial e atuará no combate à falsificação ou possíveis fraudes.

Possui como objetivo a verificação do cumprimento dos requisitos exigidos pela legislação, sendo aferido pela comissão, no encontro com o(a/e) Agente Cultural, exclusivamente o conjunto de características físicas observáveis ou aspectos fenotípicos (cor de pele, cabelos, formato do rosto, olhos, lábios e nariz - sendo a cor de pele o principal marcador social de raça), não tendo o papel de julgar ou definir qualquer pertencimento identitário.

12.3. A fase de heteroidentificação corresponderá ao certame, compreende-se que este é sujeito da política de ação afirmativa na modalidade cotas raciais, portanto, será considerado cotista para todos os editais em execução pela Secretaria Estadual de Cultura do Ceará Instrução Normativa SECULT Nº 02/2024. **Assim como, no caso de indeferimento na Banca de Heteroidentificação, o(a/e) Agente Cultural não poderá obter benefícios de nenhuma política afirmativa neste edital.**

12.4. Nos casos em que a pessoa optante pelas cotas seja aprovada em mais de uma lista de classificação (lista da ampla concorrência ou lista de pessoas negras ou lista de pessoas com deficiência, dentre outras), por exemplo, no caso de uma pessoa negra e com deficiência optante às cotas mas que for aprovada dentro dos projetos destinados à ampla concorrência, sua classificação não será computada nas cotas reservadas e não implicará na diminuição do número de cotas destinadas às ações afirmativas, nos termos do Art. 1º e 7º do Decreto 34.726/2022.

12.5. No caso de não existirem projetos aptos em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas. Caso não sejam preenchidas, as vagas remanescentes deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo os demais candidatos selecionados de acordo com a ordem de classificação.

12.6. Optantes por reservas de cotas de ações afirmativas deverão estar cientes da obrigatoriedade de ler e seguir as instruções deste Edital e seus anexos e que, caso se inscreva como pessoa negra e seja desclassificada na Banca de Heteroidentificação, não poderá participar deste edital ou em outros editais da Secult Ceará como cotista, podendo concorrer em outros editais na ampla concorrência conforme legislação vigente.

12.7. Optantes por cotas raciais cuja autodeclaração não for validada pela banca de heteroidentificação poderá solicitar recurso, sendo-lhe garantida uma banca recursal. A nova banca fará o julgamento dos pedidos de recurso e realizará a reavaliação do (a/e) Agente Cultural.

12.8. A aplicação dos **pontos de bonificação** é indutora da democratização do acesso aos recursos dos editais de fomento à cultura e às políticas culturais, mas não implica a obrigatoriedade de classificação e/ou aprovação.

12.9. Para atribuição de **pontos de bonificação** em todas as categorias: Durante a etapa de Seleção, serão atribuídas pontuações extras para projetos que comprovadamente cumprem ações afirmativas em critérios de diversidade da equipe básica e do projeto, conforme tabela abaixo:

Critério I - Agente cultural Pessoa Física: Neste critério será bonificado, com **bonificação única** ou seja, não cumulativa, exclusivamente agente cultural do projeto inscrito.

CRITÉRIO DE BONIFICAÇÃO	PONTO EXTRA
Agentes culturais mulheres	1
Agentes culturais pessoas trans (travestis, mulheres e homens transexuais e não binárias)	1
Agentes culturais 60+	1

Critério II - Diversidade da Equipe Básica: Neste critério será bonificado, com **bonificação cumulativa de até 02 (dois) pontos**, os demais membros da equipe básica, se houver, do projeto.

CRITÉRIO DE BONIFICAÇÃO	PONTO EXTRA
Mulheres	1
LGBTIA+	1
Indígenas, quilombolas e negras	1
Pessoa com deficiências	1

12.10. A pontuação máxima permitida no Critério I - Diversidade de Proponente será de até 01 (um) ponto.

12.11. A pontuação máxima permitida no Critério II - Diversidade da Equipe Básica será de até 02 (dois) pontos.

12.12. Os critérios I e II poderão ser cumulativos, totalizando 03 (três) pontos, desde que o projeto inscrito tenha um(a/e) agente cultural e uma equipe básica que se enquadre nas conjunturas apresentadas no quadro acima, além de informações que sejam suficientes para comprovar a diversidade da proposta.

12.13. Para alcançar 01 (um) ponto em cada item do Critério II, a equipe básica deverá ser majoritariamente composta por integrantes que correspondam ao respectivo item do critério.

12.14. A bonificação poderá ser dada à equipe básica seguindo a orientação de majoração de 50% +1 para cada item do Critério II, respeitado o disposto nos itens 12.11, 12.12 e 12.13 deste edital;

12.15. Em cumprimento à Instrução Normativa MinC nº 10/2024, a política de bonificação cumpre mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, comunidades tradicionais de matriz africana e/ou

afro-brasileiras, pessoas quilombolas, pessoas LGBTI+, pessoas com deficiência e outros grupos subalternizados e marginalizados na sociedade, sendo o cumprimento desse critério comprovado por meio da Carta de Anuência da Equipe Básica (**Anexo 16**) e da autodeclaração.

12.16. Para alcançar 01 (um) ponto em cada item do Critério II, o(a/e) agente cultural deverá comprovar, por meio da Carta de Anuência da Equipe Básica (**Anexo 16**), que a equipe básica do projeto deverá ser majoritariamente composta por integrantes que correspondam ao respectivo item do critério.

13. ACESSIBILIDADE

13.1. Os projetos apresentados deverão, obrigatoriamente, prever investimento dos recursos em medidas de acessibilidade, por exemplo, arquitetônica, comunicacional e/ou atitudinal, compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - No **aspecto arquitetônico**, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação, circulação, palcos e camarins; criação de vagas reservadas em estacionamento; previsão de filas preferenciais devidamente identificadas;

II - No **aspecto comunicacional**, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço, com reserva de espaços para pessoas surdas, preferencialmente na frente do palco onde se localizam os intérpretes de Libras. Iniciativas que incorporem a acessibilidade como recurso criativo, tais como: descrição narrativa, audiodescrição artística, paisagem sonora, Língua Brasileira de Sinais integradas no contexto da obra e realizadas por tradutores-intérpretes de Libras com pesquisa artística, dentre outros, garantindo a participação de consultores(as) com deficiência de cada segmento com formação/experiência específica. Para divulgação por e-mail ou redes sociais, sempre descrever as imagens, considerar a divulgação por vídeos em Libras e legendados;

III - No **aspecto atitudinal**, contratação de profissionais sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral;

IV - Realizar sessões adaptadas com ajuste de luminosidade, som e temperatura. Divulgar horários de sessões específicas com menos estímulos para pessoas autistas ou outras pessoas com sensibilidades sensoriais;

V - Debates e conversas sobre filmes devem contar com interpretação para LIBRAS e a autodescrição de palestrantes ou debatedores(as).

13.2. Para pessoas com deficiência, especificamente, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I – Contratação de artistas, equipe técnica e demais trabalhadores(as) com deficiência;

- II - Promover residências acessíveis e inclusivas em espaços culturais;
- III - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- IV - Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
- V - Contratação de serviços de apoio a pessoas com deficiência quando necessário; e
- VI - Oferta de ações de formação acessíveis a pessoas com e sem deficiência.

13.3. **Não haverá obrigatoriedade de porcentagem mínima de valor** para as ações de acessibilidade no projeto, porém, deve-se garantir no Plano de Ação a aplicação dos repasses de realização das ações de acordo com a categoria pretendida, com valores compatíveis com os preços praticados no mercado.

13.3.1. **As medidas de acessibilidade devem ser informadas no ato da inscrição no Mapa Cultural.**

13.3.2. As medidas de acessibilidade obrigatórias para cada categoria estão detalhadas em suas respectivas seções (anexos 1 a 4);

13.4. Para a realização dos recursos de acessibilidade mencionados, deve-se buscar profissionais com formação em cada área correlata, sendo profissionais sensíveis à arte, pois sua ação influenciará a experiência estética das pessoas que assistem. Também é possível pensar nas proposições de acessibilidade desde o início da criação da obra pelo(a/e) próprio(a/e) proponente(a/e) ou artista. Para tanto, é fundamental contar com consultoria de pessoas com formação específica, principalmente pessoas com deficiência.

14. ETAPAS DO EDITAL APÓS O ENVIO DO PROJETO

14.1. A definição dos contemplados(as/es) se dará em duas etapas:

I - Seleção: esta etapa será dividida em duas fases:

1. **Análise de mérito cultural do projeto:** fase de análise técnica dos projetos realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção instituída por pessoas com conhecimento e atuação no campo de abrangência deste edital.
2. **Avaliação de solicitação de reserva de vagas para cotistas:** Realização de bancas de heteroidentificação e outros processos de aferição de admissibilidade de cotas.

II - Celebração: entrega e análise documental dos projetos selecionados: análise dos documentos do(a/e) agente cultural em que será verificada a admissibilidade formal e pactuado o Termo de Execução Cultural.

14.2. A respeito das bancas de heteroidentificação, em caso excepcional, poderão ocorrer de forma paralela às fases.

15. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

15.1. A Comissão de Avaliação e Seleção será instituída pela Secult Ceará para analisar os projetos inscritos e poderá ser composta por subcomissões.

15.2. A Comissão de Avaliação e Seleção será formada por, **no mínimo:**

Comissão de Avaliação e Seleção

Quantidade Total	Membros da sociedade civil	Membros da Secult ou colaborador da RECE
03	02	01

15.2.1. Caso a Secult não consiga disponibilizar membros próprios ou colaboradores da RECE, a comissão poderá ser formada apenas por membros da sociedade civil, mantendo-se sempre um número ímpar de membros.

15.2.2. Caso o número de inscritos exija um número maior de membros, a critério da Secult Ceará, serão indicados novos membros pelo executivo, mantendo-se sempre um número ímpar de membros.

15.2.3. Caso não haja pareceristas qualificados suficientes, ou desistência superveniente, os membros da comissão serão substituídos por representantes da Secult Ceará, colaboradores da RECE ou outros convidados da sociedade civil.

15.3. Os integrantes da Comissão de Avaliação e Seleção farão as análises técnicas dos projetos enviados, considerando os critérios de avaliação estabelecidos neste edital.

15.4. Cada membro da Comissão de Avaliação e Seleção é investido de autonomia e independência quanto às suas avaliações.

15.5. Se algum membro da Comissão de Avaliação e Seleção incorrer na hipóteses dos itens 7.1.1 e 7.1.8 deste edital, deverá imediatamente declarar a situação e abster-se de qualquer análise ou manifestação de vontade em relação ao projeto nesta situação, sob pena de desclassificação do projeto e exclusão do membro da Comissão.

15.6. A Comissão de Avaliação e Seleção fará sua primeira reunião em data, horário e local definidos pela Secult Ceará e apoio para os trabalhos quando necessário.

15.7. Todas as discussões deverão permanecer em sigilo entre os membros da comissão até a publicação da lista final dos classificados e desclassificados.

15.8. Caso se comprove que algum projeto tenha sido beneficiário de alguma informação privilegiada de algum membro da comissão, a Secult Ceará deverá adotar as providências devidas.

15.9. Todas as decisões da Comissão de Avaliação e Seleção deverão constar em ata.

16. DOS CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETO

16.1. Todos os projetos serão avaliados pela Comissão de Avaliação e Seleção, considerando os critérios abaixo:

Crítérios	Peso	Pontuação	Total de pontos
A) Qualidade e relevância da proposta: 1) Entende-se por qualidade a proposta que apresente excelência artística e cultural, clareza e consistência técnica, além de originalidade, conveniência de execução, clareza e objetividade. Deverá ser observada a fundamentação da proposta, a capacidade de exposição das ideias e a organização das ações, ou seja, a consistência conceitual da proposta apresentada; 2) Entende-se por relevante a proposta que, alinhada aos preceitos do edital, demonstra coerência com as políticas públicas; apresenta pertinência, diversidade e pluralidade em seu escopo; tem impacto social e/ou cultural significativo; e contribui para o desenvolvimento cultural, social, econômico, sustentável e inclusivo. Poderá ser observada a capacidade do desenvolvimento da proposta de modo transversal e em rede, considerando parcerias com poder público.	4	0 a 4	16

Critérios	Peso	Pontuação	Total de pontos
<p>3) Entende-se por inovação a apresentação de propostas inéditas que combinem o desenvolvimento de ideias criativas e viáveis, que melhorem ou transformem as práticas estabelecidas, que apresentem originalidade e valor agregado em seu conteúdo e em sua execução, distinguindo-se das soluções convencionais.</p>			
<p>B) Diversidade e transversalidade do projeto:</p> <p>1) Entende por projetos transversais aqueles que possuem a diversidade de linguagens em diferentes culturas; que possui diferentes concepções de expressão cultural em suas propostas e a transversalidade da cultura na relação com outras áreas como educação, saúde, meio ambiente, bem como interseccionalidade temática, tais como: relações de gênero, raciais, povos originários e tradicionais e cultura def.</p> <p>2) Deverá ser observada a capacidade de impacto sociocultural no desenvolvimento cognitivo e em outros interesses do setor.</p> <p>3) Teste de Bechdel. Aplica-se apenas às categorias Distribuição de longas-metragens e séries e Finalização de longa-metragem ou série, exceto em casos de documentários - Caso o(a/e) agente cultural deseje pontuar neste quesito, deve informar na ficha de inscrição a(s) minutagem(ns) da obra onde o teste se aplica.</p> <p>4) Teste Russo. Aplica-se apenas as categorias Distribuição de longas-metragens e séries e Finalização de longa-metragem ou série, exceto em casos de documentários - Caso o(a/e) agente cultural deseje pontuar neste quesito, deve informar na ficha de inscrição a(s) minutagem(ns) da obra onde o teste se aplica.</p>	3	0 a 4	12

Critérios	Peso	Pontuação	Total de pontos
<p>C) Potencial de realização de agente cultural e equipe envolvida na proposta:</p> <p>1) Entende-se por potencial de realização de agente cultural e equipe envolvida a proposta que apresentar informações e documentos que demonstrem a capacidade e experiência para realizá-la com êxito. Inclui-se a capacidade de realização que leva em consideração a diversidade no que diz respeito à escolha de participantes da equipe e artistas que comporão a proposta.</p>	3	0 a 4	12
<p>D) Adequação orçamentária e viabilidade da proposta:</p> <p>1) A adequação orçamentária e viabilidade da proposta devem demonstrar adequação e viabilidade financeira de execução com base no valor ofertado para a categoria pretendida. Deve considerar o equilíbrio entre atividades propostas, despesas e custos, cobertura de todas as etapas e ações, preços compatíveis com o mercado local e coerência entre prazos, recursos e funções.</p>	3	0 a 4	12
<p>E) Acessibilidade da proposta ao público (item obrigatório):</p> <p>1) Como aspectos norteadores da acessibilidade, consideram-se propostas que apresentem ações que garantam a participação e o protagonismo das pessoas com deficiência nas práticas, bens e produtos culturais, inclusive na promoção da formação de público para pessoas com deficiência. Cabe a este critério a apresentação de ações de comunicação/divulgação do produto cultural para pessoas com deficiência que permitam-lhes não apenas o acesso à informação, mas aos bens e produtos culturais resultantes. Para este critério, são obrigatórias ainda as medidas de acessibilidade descritas na seção</p>	4	0 a 4	16

Critérios	Peso	Pontuação	Total de pontos
correspondente à categoria pretendida (anexos 1 a 4).			
TOTAL	-	-	64

16.2. Serão desclassificados os projetos apresentados que não possuem vinculação aos objetivos estabelecidos neste edital.

16.3. Serão desclassificados os projetos que não obtiverem a pontuação equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total de pontuação da soma dos critérios e os pontos de bonificação (*se houver*).

16.4. Os projetos serão classificados por ordem decrescente de pontuação, conforme a categoria para a qual solicitaram inscrição. Havendo empate de pontuação entre os projetos classificados, a Comissão de Avaliação e Seleção promoverá o desempate com prioridade para o projeto que obtiver maior pontuação no subitem “A”. Caso persista o empate, será considerada a maior pontuação dos subitens “B”, “C”, “D” e “E” e assim sucessivamente.

16.4.1. Se ainda persistir o empate, será considerado o projeto onde o (a/e) Agente Cultural possui maior idade. Para as categorias voltadas à Pessoa Jurídica, será considerada aquela com maior tempo de existência em sua natureza jurídica.

16.5. A Comissão de Avaliação e Seleção é investida de autonomia quanto às suas avaliações e poderá recomendar revisão, redução ou eliminação de despesas apresentadas no Plano de Ação (**Anexo 13**) que sejam consideradas incompatíveis com os preços conhecidos no mercado local ou com a finalidade do projeto a ser realizado. Caso ocorram considerações do Plano de Ação por parte da Comissão de Avaliação e Seleção o ajuste deverá ser realizado pelo(a/e) Agente Cultural dentro do prazo estabelecido no item 18.3 deste edital, antes da formalização do Termo de Execução Cultural, caso a proposta seja selecionada.

16.5.1. Caso o ajuste informado no item anterior não seja realizado pelo(a/e) Agente Cultural o projeto poderá ser desclassificado.

16.6. Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

17. DOS RESULTADOS DO PROCESSO SELETIVO

17.1. A Secult Ceará publicará cada fase do processo seletivo no site oficial dos editais da Secult Ceará, <http://editais.cultura.ce.gov.br/>, sendo de total responsabilidade do(a/e) agente cultural acompanhar a atualização dessas informações.

17.2. O resultado preliminar da Avaliação e Seleção, bem como os resultados dos Recursos serão divulgados no site da Secult Ceará e no Mapa Cultural do Ceará.

17.3. Em relação ao resultado preliminar, caberá pedido de recurso no prazo de até **03 (três) dias úteis** a contar do dia útil seguinte à publicação do resultado.

17.4. Os pedidos de recurso deverão conter, obrigatoriamente, justificativa e poderão ser encaminhados para o e-mail **cinemaeaudiovisual@secult.ce.gov.br**, em formulário específico (**Anexo 7**), devidamente assinado pelo Agente Cultural ou por plataforma que a Secult Ceará indicar. No pedido de recurso, é **vedada a inclusão de novos documentos**.

17.5. A Comissão de Avaliação e Seleção fará o julgamento dos pedidos de recurso e, em casos que considere procedentes, realizará a reavaliação do projeto.

17.6. Só serão aceitos pedidos de pareceres e recursos enviados através do e-mail do(a/e) Agente Cultural cadastrado na ficha de inscrição e com conteúdo referente ao projeto inscrito pelo(a/e) próprio(a/e) Agente interessado(a/e). Não serão aceitos recursos em relação a projetos de terceiros.

18. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL TÉCNICO

18.1. A lista final das propostas selecionadas, classificáveis e desclassificadas será homologada pela Secult Ceará e enviada para publicação no Diário Oficial do Estado (D.O.E.).

18.1.1. Após a publicação no D.O.E a lista será publicada no Mapa Cultural do Ceará, bem como na página oficial (<https://www.secult.ce.gov.br/>) e na página dos Editais da Secult Ceará (<http://editais.cultura.ce.gov.br/>)

18.2. Não caberá recurso do resultado final.

18.3. Após publicação do resultado final técnico, os selecionados terão prazo de até **10 (dez) dias úteis** para apresentar os seguintes documentos para habilitação e formalização do Termo de Execução Cultural:

18.4. Para PESSOA FÍSICA E/OU COLETIVO:

18.4.1. Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(a/e) Agente Cultural responsável pelo projeto;

18.4.2. Comprovante de residência do(a/e) Agente Cultural dos últimos 3 (três) meses contados da publicação do edital;

18.4.3. Caso o (a/e) Agente Cultural não possua comprovante de residência será aceito declaração assinada de próprio punho ou assinada eletronicamente (gov.br), que informe o endereço, conforme **Anexo 8**;

18.4.4. Certidão Cadastral do Parceiro junto à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na forma disposta no item 18.6.

18.4.5. Comprovante de dados bancários do Banco do Brasil.

18.4.5.1. No comprovante deverá conter as seguintes informações: Nome do(a/e) Agente Cultural do projeto selecionado, número da Agência e número da Conta Corrente.

18.4.5.2. A conta corrente deverá ser exclusiva para a execução do projeto cultural.

18.4.5.3. Em caso de conta corrente pré-existente, o(a/e) Agente Cultural deverá apresentar extrato bancário zerado dos últimos 2 (dois) meses.

18.4.5.4. Os recursos oriundos deste Edital serão depositados em conta corrente **PESSOA FÍSICA exclusiva no Banco do Brasil.**

18.4.5.5. Não serão aceitas contas digitais.

18.5. **Para PESSOA JURÍDICA:**

18.5.1. Pessoas Jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, que apresentem, expressamente, em seus atos constitutivos, finalidade ou atividade principal de cunho artístico-cultural ligadas ao setor audiovisual, de acordo com as especificações da categoria pretendida. A menção a atividades artísticas e/ou culturais ligadas ao setor audiovisual deve estar clara no documento legal da organização (estatuto, contrato social etc.) e no CNAE da empresa. A Pessoa Jurídica deve, obrigatoriamente, possuir sede e foro no Estado do Ceará há, pelo menos, 02 (dois) anos.

18.5.2. Comprovante de endereço da empresa emitido no último ano antes da inscrição;

18.5.3. Cartão ou comprovante da inscrição do CNPJ da empresa;

18.5.4. Para Pessoas Jurídicas com fins lucrativos, contrato social e suas últimas alterações (se houver), devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Registro Civil de Pessoa Jurídica, conforme o caso;

18.5.5. Cadastro de Pessoa Física (CPF) do(a/e) dirigente da empresa;

18.5.6. Comprovante do endereço residencial do(a/e) dirigente da empresa emitido nos últimos 03 (três) meses antes da inscrição ou declaração de residência;

18.5.7. Certidão Cadastral do Parceiro junto à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na forma disposta no item 18.6.

18.5.8. Os recursos oriundos deste Edital serão depositados em conta corrente **PESSOA JURÍDICA exclusiva no Banco do Brasil.**

18.6. Para fins de Formalização do Termo de Execução Cultural e recebimento do recurso financeiro do projeto selecionado, a Secult vai conferir, em cada momento, se o(a/e) agente cultural selecionado(a/e) está em dia com suas obrigações legais e fiscais perante as fazendas públicas, ou seja, em situação de regularidade e adimplência.

18.6.1. A conferência será por meio da Certidão Cadastral do Parceiro, emitida pelo sistema e-Parcerias, da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).

18.6.2. O(A/E) agente cultural que ainda não está cadastrado no sistema, deverá providenciá-lo com máxima antecedência através do link: <https://e-parcerias.cge.ce.gov.br/e-parcerias-web/paginas/parceiro/TipoCadastro.seam;jsessionid=BCBDB86396EEF20E17F6B41D77E8F39C.localhost>.

18.6.3. A Secult não possui gerência sobre o cadastramento. A competência de validação do cadastro é exclusiva da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE e quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas através do suporte da CGE por meio dos telefones (85) 3101-3472 e 3483 e do email atendimento@cge.ce.gov.br.

18.6.4. O(A/E) Agente Cultural ou Entidade Cultural que estiver impossibilitada de celebrar o Termo de Execução Cultural será notificado pela Secult Ceará e terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para regularizar a pendência.

18.7. Caso ocorra o indeferimento parcial ou total da documentação, o(a/e) Agente Cultural poderá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a documentação pendente.

18.8. Caso a documentação apresentada nos itens 18.4 e/ou 18.5 assim como, a documentação do plano de ação e demais declarações, seja insuficiente ou em desconformidade, o(a/e) Agente Cultural será declarado inabilitado e será facultada à Administração Pública a convocação de suplente, observada a pertinência, tempestividade e possibilidade técnica da convocação.

18.9. Em caso de desistência, o(a/e) Agente Cultural terá o prazo de até **03 (três) dias úteis** contados a partir da publicação do resultado final no D.O.E. para comunicar à Secult Ceará.

18.10. Os suplentes convocados deverão apresentar a documentação nas mesmas condições e prazos concedidos aos classificados.

18.11. A desistência, desclassificação e convocação de classificáveis será informada junto ao Mapa Cultural para fins de publicidade e transparência das informações.

18.12. Após a análise dos documentos relacionados nos itens 18.4 e 18.5, realizada pela equipe técnica da Secult Ceará, o resultado será publicado no Mapa Cultural do Ceará, contendo as informações de deferimento, indeferimento parcial ou total da documentação.

18.13. Todas as certidões e documentos deverão estar regulares quando de sua apresentação, bem como quando das etapas de pagamento.

18.14. A Secult Ceará, após homologação do resultado final, abrirá os processos administrativos de cada Agente Cultural detentor do projeto selecionado, contendo a documentação enviada nos itens 18.4 e 18.5 e a cópia do resultado da homologação, e procederá à formalização de ofício dos Termos de Execução Cultural.

18.15. O extrato dos termos formalizados de ofício serão publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará - D.O.E. e disponibilizados no portal Ceará Transparente.

18.16. Os recursos financeiros da proposta selecionada deverão ser repassados ao(a/e) Agente Cultural pela Secult Ceará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da publicação do Termo de Execução Cultural no Diário Oficial do Estado.

18.17. Conforme disposto no item 18.6, a assinatura do Termo de Execução Cultural e a liberação dos recursos financeiros estarão condicionadas à verificação da regularidade cadastral e adimplência dos parceiros.

18.18. Será vedada a utilização da mesma conta para recebimento de recurso de mais de um projeto.

18.19. Os(As/Es) Agentes Culturais que, após a assinatura dos Termos, caírem em situação de pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas em contratos e/ou demais termos celebrados junto à Secult Ceará, ao Governo do Estado do Ceará,

aos órgãos da Fazenda da União, da Fazenda do Estado, ou órgãos de Finanças do Município, ou perante qualquer órgão público, não poderão receber recursos financeiros (seja parcela única ou parcela parcial) deste edital.

19. DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS

19.1. A execução dos projetos terá início a partir da assinatura do Termo de Execução Cultural.

19.2. Todos os pagamentos deverão ocorrer por meio de transferências bancárias em que seja possível a identificação do beneficiário final.

19.3. Os rendimentos de aplicação financeira poderão ser gastos em itens orçamentários já previstos ou em itens novos, desde que guardem conformidade com a natureza do objeto do projeto e observem o valor e a prática do mercado.

19.4. Os rendimentos de aplicação financeira estarão sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

19.5. Os recursos somente poderão ser utilizados durante a vigência do termo.

19.6. As solicitações de aditivo ao Termo de Execução Cultural, de qualquer ordem, deverão ser formuladas com antecedência mínima de **30 (trinta) dias do término da vigência do instrumento**, para análise técnica ao tempo da execução. Não serão analisadas solicitações feitas com menos de 30 (trinta) dias do término da vigência do respectivo instrumento. Os pedidos de aditivo deverão ser devidamente justificados e comprovados, quando for o caso, cabendo à Secult Ceará analisar a tempestividade e o mérito, para fins de celebração.

19.7. No pedido de aditivo para prorrogação de prazo, deverão ser apresentados os motivos que impediram a execução dentro do cronograma estabelecido, bem como a estratégia do(a/e) Agente Cultural para a conclusão do Plano de Ação, superando os obstáculos identificados, dentro do prazo solicitado.

19.8. Os(as/es) Agentes Culturais que, tendo recebido os recursos previstos no Termo de Execução Cultural, não cumprirem dentro do prazo estabelecido pelo menos 30% (trinta por cento) do objeto da ação cultural promovida, de forma injustificada, estarão impedidos de solicitar a prorrogação de prazo do projeto.

19.9. O(a/e) fiscal avaliará se as razões do pedido são satisfatórias e emitirá parecer técnico sobre a aprovação ou não do aditivo, justificando sua decisão.

19.10. No caso de indeferimento do pedido, o termo observará estritamente sua vigência originária, do qual se prestará contas, procedendo à devolução dos recursos não utilizados, se for o caso.

19.11. Os Termos de Execução Cultural poderão ser alterados quando necessário de acordo com o interesse público.

19.12. As alterações serão formalizadas por apostilamento, independentemente de solicitação do Agente Cultural, nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício, quando a SECULT tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação da vigência limitada ao exato período do atraso verificado;

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto;

III - atrasos na análise de documentos relacionados ao monitoramento ou prestação de contas que causem prejuízo à vigência da execução do projeto, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa;

IV - erros de ordem técnica nos sistemas de gestão e acompanhamento do Estado do Ceará;

V - alteração do(a/e) fiscal do instrumento;

VI- alteração da dotação orçamentária.

19.13. Deverão ser formalizadas mediante termo aditivo outras hipóteses de alteração não contempladas nos incisos I a VI do item 19.12 deste Edital, tais como:

I - Redução ou eventual ampliação de valor total do projeto;

II - Prorrogação da vigência;

III - Supressão, alteração ou inclusão de cláusula no instrumento original.

19.14. Poderá ser rescindido de forma unilateral o termo a qualquer tempo quando ficar evidenciado que o(a/e) Agente Cultural foi omissos ou negligente na execução do objeto pactuado.

20. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

20.1. Os projetos selecionados neste Edital devem divulgar o apoio do Ministério da Cultura e Governo do Ceará por meio da Secretaria da Cultura do Ceará em todos os canais de comunicação, mídias sociais e nas plataformas em que o conteúdo selecionado esteja divulgado ou em outros espaços em que o projeto seja abordado.

20.2. Toda divulgação referente ao projeto, **será obrigatória a veiculação e inserção do nome e símbolos oficiais do Governo do Ceará e do Ministério da Cultura, além da inserção do seguinte texto:** “ESTE PROJETO É APOIADO PELO MINISTÉRIO DA CULTURA E PELA SECRETARIA DA CULTURA DO CEARÁ, COM RECURSOS PROVENIENTES DA LEI FEDERAL N.º 14.399 DE JULHO DE 2022”.

20.3. O referido apoio deve também ser verbalmente citado em todas as ocasiões de apresentação e divulgação do projeto e em todas as entrevistas à imprensa.

20.4. O manual de aplicação de logomarcas que contém a régua de aplicação e o texto padrão para releases estará disponibilizado na oportunidade do Mapa Cultural após a assinatura do termo.

20.5. O material de divulgação dos projetos e seus produtos deverão ser disponibilizados em formatos acessíveis às pessoas com deficiência e deverão conter informações sobre os recursos de acessibilidade disponíveis.

20.6. O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

21. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS (DA PRESTAÇÃO DE CONTAS)

21.1. A definição da categoria de prestação de informações aplicável ao caso concreto observará os procedimentos previstos neste edital e na Lei Federal nº 14.903/2024.

21.2. O(A/E) Agente Cultural que celebrou o Termo de Execução Cultural prestará contas à Administração Pública por meio das seguintes modalidades:

I - Por esclarecimentos presenciais: nos instrumentos de valor global de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), desde que a administração pública considere, no caso concreto, ser suficiente uma Visita Técnica de Verificação para aferir o cumprimento integral do objeto;

II - Relatório de Objeto da Execução Cultural: apresentado no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado do fim da vigência do instrumento, quando não se enquadrar no item I ou caso não tenha sido possível aferir na Visita Técnica de Verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

III - Relatório Financeiro da Execução Cultural: apresentado no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento de notificação específica.

21.3. Na hipótese de a administração pública não dispor de capacidade operacional para realizar a Visita Técnica de Verificação, será exigido o **Relatório de Objeto da Execução Cultural**.

21.4. Para as categorias da Modalidade 1 - Produção e Finalização e Modalidade 3 - Difusão, será exigido relatório intermediário da execução do objeto.

21.5. O **Relatório de Objeto da Execução Cultural** deverá constar, obrigatoriamente:

I - Relato das atividades realizadas para o cumprimento do objeto;

II - Comparativo dos objetivos previstos com os resultados alcançados, a partir do projeto originalmente pactuado nos moldes previstos no projeto;

III - Comprovação das atividades realizadas e dos produtos e serviços relativos aos objetivos, que poderá ser apresentada através de fotos, listas de presença, vídeos, dentre outros, conforme relatórios e meios de verificação informados no Plano de Ação (**Anexo 13**).

21.6. O **Relatório Financeiro da Execução Cultural** será exigido excepcionalmente, nas seguintes hipóteses:

I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto ou as comprovações forem consideradas insuficientes pelo fiscal designado;

II - Quando for recebida pela administração pública denúncia de irregularidade sobre a execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que deve avaliar os elementos fáticos apresentados.

21.7. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, o(a/e) Agente Cultural poderá solicitar autorização para que o ressarcimento parcial ou integral ao erário seja promovido por meio de atividades culturais compensatórias, conforme a extensão do dano, a critério da Secult Ceará, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

21.8. Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos pelo(a/e) Agente Cultural no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término da vigência ou rescisão.

21.9. Recomenda-se a guarda da relação dos pagamentos efetuados, notas fiscais, recibos, faturas e outros documentos aptos a comprovarem o cumprimento das regras deste Edital, gastos em despesas com a execução do projeto, pelo período de **05 (cinco) anos**, para os eventuais casos de diligências relacionadas à prestação de contas e/ou auditorias internas e externas.

21.10. **Importante:** Os(As/Es)Agentes Culturais devem, obrigatoriamente, transmitir nos produtos relacionados ao projeto as marcas da Secult Ceará e as informações listadas tal qual apresentadas em sede de prestação de contas, mesmo após o fim do prazo de execução do projeto, podendo este descumprimento ser objeto de questionamento a qualquer tempo. **E não serão autorizadas alterações de títulos do projeto cultural aprovado.**

22. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DOS PROJETOS

22.1. O prazo de vigência das propostas contempladas será estabelecido conforme as especificações de cada modalidade e/ou categoria, descritas nos Anexos 1 a 4 deste edital, iniciando-se a partir da assinatura do Termo de Execução Cultural.

22.2. Conforme as disposições deste edital, a prorrogação do prazo poderá ocorrer uma única vez e será limitada a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do prazo original de vigência, observada ainda a pertinência técnica e as regras e orientações do Ministério da Cultura.

23. DAS SANÇÕES

23.1. A definição da categoria de sanções a serem aplicáveis ao caso concreto observará os procedimentos previstos neste edital e na Lei Federal nº 14.903/2024.

23.2. A autoridade responsável pelo julgamento da prestação de contas poderá:

- I - solicitar documentação complementar;
- II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

- a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
- b) pagamento de multa, nos termos de regulamento;
- c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

23.3. As medidas previstas no item 22.2. alínea IV poderão ser aplicadas cumulativamente em caso de comprovada má-fé.

23.4. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do(a/e) Agente Cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

23.5. Nos casos de rejeição parcial ou total da prestação de contas, o(a/e) agente cultural poderá requerer que as medidas de que trata a alínea IV do item 22.1 sejam convertidas em obrigação de executar plano de ações compensatórias.

23.6. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

23.7. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

23.8. O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

23.9. Dentre as condutas que ensejam a aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo das demais sanções civis e penais cabíveis, incluem-se:

- I - Agir ou omitir-se, em qualquer fase das tramitações processuais, com dolo, culpa, simulação ou conluio, de maneira a fraudar seus objetivos;
- II - Alterar o objeto do projeto apoiado;
- III - Praticar qualquer discriminação de natureza política que atente contra a liberdade de expressão, de atividade intelectual e artística, de consciência ou crença;
- IV - Praticar a violação de direitos intelectuais;
- V - Deixar de veicular em todo o material promocional que envolve o projeto cultural o apoio financeiro prestado pelo Estado do Ceará, através da Secretaria da Cultura;
- VI - Obstar, por ação ou omissão, o regular andamento dos projetos de que trata este Edital;
- VII - Não apresentar ou não ter aprovada a devida prestação de contas;
- VIII - Infrinjam dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou outra norma jurídica vigente;
- IX - Violem os direitos de terceiros, incluindo os de propriedade intelectual;
- X - Atentem contra a ordem pública;
- XI - Causem impacto negativo à saúde humana, animal e/ou ao meio ambiente;
- XII - Estejam ligados a jogos de azar ou especulativos;

- XIII - Tenham vínculo com a exploração de trabalho infantil, degradante ou escravo;
- XIV - Evidenciem preconceito ou discriminação de qualquer natureza;
- XV - Caracterizem promoção pessoal de autoridade, de servidor(a/e) público ou da imagem de governo, de qualquer esfera política;
- XVI - Tenham cunho político-eleitoral, que se destinem a financiamento de campanhas, realização de comícios ou qualquer outra atividade vinculada a partidos políticos e/ou suas coligações.

23.10. Os termos regidos por este Edital poderão ser rescindidos, a qualquer tempo, das seguintes formas:

I - Amigável, por acordo entre as partes;

II - Unilateral, determinada pela Administração Pública, devendo a rescisão ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, o que poderá se dar nas seguintes situações:

- a) Descumprimento de qualquer das cláusulas e condições dos termos ou das disposições da legislação vigente;
- b) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade na documentação apresentada;
- c) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do termo;
- d) Nos demais casos previstos na Legislação.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Orienta-se que todos os projetos culturais observem em suas projeções a equidade de gênero, bem como a diversidade no que se refere à identidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, local de moradia, trabalho, classe social, deficiência, geracional e das mulheres. Essa é uma forma que visa o enfrentamento de opressões no exercício da cultura.

24.2. Os direitos patrimoniais, autorais e de imagem e licenciamento de tecnologias produzidas no âmbito dos projetos apoiados serão de responsabilidade dos(as) autores(as) envolvidos(as/es).

24.3. Agentes culturais que inscreverem projetos neste edital deverão cumprir as medidas necessárias para obter as autorizações e/ou cessões de uso de espaços públicos e privados.

24.4. As iniciativas culturais poderão ser citadas, descritas ou utilizadas pela Secult Ceará e pelo Ministério da Cultura, total ou parcialmente, em expedientes, publicações internas ou externas, cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação, incluídos os devidos créditos sem que caiba à candidatura, selecionada ou não, pleitear a recepção de qualquer valor, inclusive a título autoral.

24.5. A Secult Ceará e a Comissão de Avaliação e Seleção ficam isentas de responsabilidades sobre fatos decorrentes do uso indevido ou sem autorização de imagens e/ou obras de terceiros, respondendo por isso, exclusivamente, o(a/e) Agente Cultural do projeto, nos termos da legislação específica.

24.6. A desistência justificada do(a/e) selecionado(a/e) implicará a possibilidade de substituição por outro(a/e) Agente Cultural classificável, obedecendo a ordem de classificação e os limites estabelecidos no presente Edital.

24.7. Do valor recebido pelo(a/e) Agente Cultural, não incide qualquer tributo. O Termo de Execução Cultural é instrumento de transferência voluntária de recursos, por meio de uma parceria para fins de fomento à cultura, razão pela qual não se confunde com contrato administrativo ou com prestação de serviço. Dos serviços contratados para a execução das ações de fomento, incidirão os devidos impostos.

24.8. A eventual revogação deste Edital por motivos de interesse público ou sua anulação no todo ou em parte não implicará direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

24.9. O(A/E) Agente Cultural será o único responsável pela veracidade das informações e documentos encaminhados, isentando a Secult Ceará de qualquer responsabilidade civil ou penal.

24.10. Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

24.11. Eventuais irregularidades na documentação e informações enviadas no ato da inscrição, constatadas a qualquer tempo, implicará inabilitação ou desclassificação de agente cultural, sem prejuízo da aplicação das medidas legais cabíveis.

24.12. Havendo orçamento suplementar disponível, a Secult Ceará poderá convocar classificáveis em ordem de classificação para celebração do Termo de Execução Cultural.

24.13. Os casos omissos a este Edital serão decididos pela Secretaria da Cultura do Ceará.

24.14. A Secult Ceará disponibiliza atendimento on-line aos agentes culturais em dias úteis, das 8 às 17 horas, durante o período de inscrição, através do e-mail: cinemaeaudiovisual@secult.ce.gov.br.

25. ANEXOS

25.1. Fazem parte integrante do presente edital, os seguintes anexos:

Anexo 1 - Modalidade Produção e Finalização

Anexo 2 - Modalidade Roteiros

Anexo 3 - Modalidade Difusão

Anexo 4 - Modalidade Cineclubes

Anexo 5 - Minuta do Termo de Execução Cultural para Pessoas Físicas e Coletivos

Anexo 6 - Minuta do Termo de Execução Cultural para Pessoas Jurídicas

Anexo 7 - Formulário de Recurso

Anexo 8 - Modelo de autodeclaração de residência, **(anexo obrigatório apenas para a formalização)**

- Anexo 9** - Autodeclaração para Agente Cultural Pessoa com Deficiência
- Anexo 10** - Autodeclaração de Pertencimento Étnico Indígena
- Anexo 11** - Autodeclaração de Pertencimento Étnico Quilombola
- Anexo 12** - Autodeclaração de Agente Cultural Negro(a/e)
- Anexo 13** - Modelo de Plano de Ação **(anexo obrigatório para inscrição)**
- Anexo 14** - Carta de anuência do Coletivo **(anexo obrigatório apenas para a Modalidade Cineclubes)**
- Anexo 15** - Declaração Conjunta de Compromissos **(obrigatório para todas as categorias).**
- Anexo 16** – Carta de anuência da Equipe Básica **(obrigatório para todas as categorias, exceto Distribuição de longas metragens e séries)**
- Anexo 17** - Declaração de Produtora e Diretor(a/e) estreante **(obrigatório somente para a categoria Produção e finalização de longa-metragem - direção estreante)**
- Anexo 18** - Declaração de projeto iniciante **(obrigatório somente para a categoria Roteiro de longa-metragem ou série - Projetos iniciantes)**
- Anexo 19** - Termo de cessão de direitos autorais sobre a obra literária adaptada **(obrigatório somente para propostas que utilizem a autoria de outrem)**
- Anexo 20** - Termo de Compromisso de Entrega de Cópia de Preservação **(obrigatório somente para a Modalidade Produção e Finalização)**
- Anexo 21** - Termo de Cessão Gratuita de Direitos de Exibições não Comerciais **(obrigatório somente para a Modalidade Produção e Finalização)**
- Anexo 22** - Modelo de Termo de Distribuição Própria **(obrigatório somente para produtoras que farão distribuição própria da obra audiovisual)**
- Anexo 23** - Modelo de Contrato de Distribuição **(obrigatório somente para produtoras que irão contratar outra distribuidora para distribuição da obra audiovisual)**
- Anexo 24** - Formulário para Depósito Legal da Obra Audiovisual
- Anexo 25** - Dotação Orçamentária

Camila Vieira da Silva

Coordenadora da Coordenadoria de Cinema e Audiovisual - CCAVI

Luisa Cella de Arruda Coêlho

Secretária da Cultura